



# Anais da Assembléia

Nº 40

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUILIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

**PDT — 11:** Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB — 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB — 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB — 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB — 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL — 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT — 05:** Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Atos da Presidência:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

LEI Nº 11.364

DATA: 15 de abril de 1996.

SÚMULA: Obriga a realização do teste HIV, para detecção do vírus da AIDS, nas doações de sangue, de esperma e órgãos humanos para transplante, no Estado do Paraná.

Art. 1º - Todas as doações de sangue, para qualquer finalidade; as doações de esperma para inseminação artificial e doações de órgãos para transplante serão precedidas de realização do Teste HIV - Anti AIDS.

§ 1º - Os testes de sangue deverão ser realizados por todos os postos coletores de sangue, esperma e órgão para transplante, que assegurarão este serviço aos doadores e receptores.

§ 2º - As inseminações artificiais só poderão ser realizadas 06 (seis) meses após a doação, verificada, novamente, neste prazo, a sanidade do doador.

§ 3º - Em relação aos órgãos retirados para transplante, os exames devem ocorrer de imediato, garantindo-se a sanidade do doador.

Art. 2º - O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde assegurará a realização dos testes HIV - Anti AIDS, em todas as unidades sanitárias, e terá a incumbência de fiscalizar o fiel cumprimento desta lei.

Art. 3º - Caberá ao Governo do Estado promover, através das Unidades Sanitárias, campanha de esclarecimento sobre a obrigatoriedade da realização dos Testes HIV, em todos os bancos de sangue, de coleta de esperma para inseminação artificial e de retirada de órgãos para posterior transplante.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.04.96.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 11.365

DATA: 15 de abril de 1996

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamen-

to de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Toda queixa de criança desaparecida no Estado do Paraná terá que ser, obrigatoriamente, registrada na Delegacia.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.04.96.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Edgar Bueno e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edmo Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Mensagem:

MENSAGEM Nº 038/96

Curitiba, em 15.04.96.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Excelentíssimos Senhores Deputados.

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, o anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1997.

O anteprojeto de lei está dividido em 5 capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária, referentes ao exercício;

V - outras disposições.

O Poder Executivo ficará a disposição, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) JAIME LERNER

#### ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1997.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1997 compreendendo:

I - as prioridades da Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as altera-

ções na legislação tributária referentes ao exercício;

V - outras disposições.

#### CAPÍTULO I

#### Das Prioridades da Administração Estadual

Art. 2º - Constituem prioridades no Governo Estadual:

I - A consolidação de uma estrutura básica para o Paraná, ao longo de um anel de integração.

II - O desenvolvimento sustentado do Paraná, através de políticas públicas convergentes nas áreas de meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia.

III - O atendimento às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, habitação, segurança, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de empregos e de renda.

IV - O desenvolvimento de ações integradas entre Governo e Sociedade, de forma a criar altos e crescentes níveis de produtividade e competitividade no Paraná.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1997, observadas as ações constantes do Anexo desta lei.

#### CAPÍTULO II

#### Da Organização e das Estruturas dos Orçamentos

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhara à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II, III, IV e V, que conterão:

I - Legislação e resumos da receita referentes aos orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - Resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - Orçamento Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

IV - Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, §

6º, inciso III da Constituição Estadual;

V- Programa de Obras, compreendendo o Detalhamento Físico e Financeiro das Obras, previstas nos três orçamentos.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando a classificação das despesas quanto a sua natureza, reestruturada aos moldes da Portaria SOf/SEPLAN nº 35, de 01 de agosto de 1989 e suas alterações, obedecendo os seguintes agrupamentos:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais  
Juros e Encargos da Dívida Pública  
Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida Pública  
Outras Despesas de Capital.

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática, observada a classificação da natureza da despesa especificada no artigo 5º desta lei.

Art. 7º - O Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 02 de 15 de dezembro de 1993, será apresentado por unidade orçamentária, projeto/atividade, região ou município e obra individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos, conforme modelo anexo a este projeto de lei.

### CAPÍTULO III

Das Diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado

#### SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 8º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1996 (base de correção relativa a 30 de junho de 1996).

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 1996.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentá-

ria Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1996, de acordo com critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 9º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 10 - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual.

Art. 11 - O valor orçado das Operações de Crédito no exercício, não poderá exceder ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Art. 12 - As receitas de Órgãos, dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 13 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para sua conclusão.

Art. 14 - O Projeto da Lei Orçamentária para 1997 conterá, preliminarmente, exposição circunstanciada da situação econômica e financeira do Estado, documentada com demonstração da dívida fundada e fluente, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1997 destinará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de

1996;

II - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei Estadual que vier regulamentá-lo;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, compreendendo Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, correspondente a até 4% (quatro por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, compreendendo Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do Estado, correspondente a até 7% (sete por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

V - ao orçamento do Ministério Público, correspondente a até 3% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

VI - ao pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VII - ao pagamento do serviço da dívida pública;

VIII - aos empréstimos e às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos na Constituição do Estado do Paraná no artigo 142 e artigo 58 das Disposições Transitórias;

X - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual; e,

XI - ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as leis estaduais n.ºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

Chefia do Poder Executivo.....até	8%
Sec. de Est. de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior....até	2%
Procuradoria Geral do Estado.....até	1%
Sec. de Est. do Planejamento e Coordenação Geral.....até	5%
Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEPL.....até	14%
Sec. de Est. da Comunicação	

Social.....até	2%
Sec. de Est. da Administração.....até	12%
Sec. de Est. da Fazenda.....até	6%
Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA.....até	14%
Sec. de Est. da Cultura.....até	3%
Sec. de Est. da Segurança Pública.....até	10%
Sec. de Est. da Saúde.....até	15%
Sec. de Est. da Justiça e Cidadania.....até	8%
Sec. de Est. da Agricultura e do Abastecimento.....até	15%
Sec. de Est. do Desenvolvimento Urbano.....até	5%
Sec. de Est. dos Transportes.....até	25%
Sec. de Est. do Meio Ambiente.....até	10%
Sec. de Est. do Esporte e Turismo.....até	2%
Sec. Especial da Política Habitacional.....até	12%
Ouvidor Geral do Estado.....até	0,5%
Sec. de Est. da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico.....até	2%
Sec. da Chefia de Gabinete do Governador.....até	1%
Sec. de Est. do Governo.....até	1%
Sec. de Est. da Criança e Assuntos da Família.....até	6%
Sec. de Est. do Emprego e Relações do Trabalho.....até	2%
Sec. de Est. de Obras Públicas....até	1%

§ 2º - Os recursos de que trata o parágrafo anterior serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos privados e públicos, nacionais e internacionais.

§ 3º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados mediante autorização do Poder Legislativo por ato do Poder Executivo aos Órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 16 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

## SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 17 - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, para 1997, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor estimado preliminar de R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), preços de 1º de julho de 1996, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 18 - O Orçamento Fiscal não conterá unidades orçamentárias e programações a cargo para transferência de recursos às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, ficando tais recursos apresentados nos Orçamentos Próprios das respectivas instituições.

Art. 19 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, serão elaboradas, respectivamente, pela Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados em até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 21 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 22 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 23 - O orçamento fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual.

### SEÇÃO III

#### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 24 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades

de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na espécie investimento.

Art. 25 - Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

### CAPÍTULO IV

#### Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 26 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1996, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

### CAPÍTULO V

#### Das Outras Disposições

Art. 27 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no § 2º, do artigo 8º desta lei.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista durante o período de execução orçamentária.

Art. 29 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 30 - Ao projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

I - sejam incompatíveis com as disposições do § 3º do artigo 134 da Constituição Estadual;

II - transfiram recursos próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime

Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

III - discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

IV - cancelem recursos de manutenção de órgãos e/ou entidades em detrimento de despesa de capital;

V - incluam obras sem o respectivo detalhamento físico e financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário à emenda.

VI - retirem recursos oferecidos como contrapartida de financiamentos, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de contrato.

Art. 31 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

#### ANEXO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

##### I - DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRUTURA BÁSICA PARA O ESTADO:

- Continuidade na implantação de infra-estrutura ao longo do Anel de Integração que une Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, permitindo rápida circulação da riqueza gerada, da conectividade física dos mercados, do intercâmbio tecnológico e da integração das comunidades, em parceria com a iniciativa privada.

- Promoção, melhoria e ampliação da infra-estrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, em parcerias com a iniciativa privada, a exemplo de projetos como Estradas Rurais, Caminhos da Educação, Manutenção e Conservação do Sistema Rodoviário, Construção Rodoviária, Apoio Rodoviário aos Municípios, Corredores Rodoviários do Paraná, Estadualização de Rodovias Federais + Anel de Integração, FERFOFSTE, Infra-estrutura Aeroportuária e Modernização dos Portos de Paranaguá e Antonina.

- Implantação de "Portos Secos", dotados de terminais de carga e armazéns alfandegários que facilitarão as operações de implantação e exportação nos pólos regionais, em parcerias com a iniciativa privada.

##### II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NO PARANÁ

- Estímulo à Implantação de Eixos Regionais de Desenvolvimento com prioridade às regiões economicamente deprimidas, in-

centivando a formação e a consolidação de cadeias produtivas em consonância com a produção e a votação regional; expansão do programa de desenvolvimento econômico do estado, potencializando a implantação de indústrias e serviços que complementem a cadeia produtiva local de forma a aumentar a renda dos produtores rurais e a geração de empregos no campo e na cidade durante os 12 meses do ano; implantação da Universidade do Campo.

- Promoção da melhoria de vida dos paranaenses através do combate à pobreza no meio rural, o manejo e conservação dos recursos naturais, a capacitação e a profissionalização, a organização e o fortalecimento institucional e mecanismos de apoio sócio-econômico ao trabalhador rural.

- Continuidade na implantação de Vilas Rurais para a fixação de famílias de trabalhadores rurais volantes, fornecimento de condições de moradias, educação, saúde, infra-estrutura de água e energia.

- Estímulo a novos mecanismos de comercialização de produtos agropecuários, promovendo a melhoria na comercialização e fomento às atividades econômicas no âmbito do Estado, através da participação da iniciativa privada como agentes de desenvolvimento.

- Intensificação de ações que fortaleçam o Paraná como centro de excelência na agricultura através de estímulo a pesquisa e extensão rural, consolidando o conceito do Estado como comunidade competitiva.

- Implantação de Incubadoras Tecnológicas voltadas ao fortalecimento da agroindustrialização do Paraná.

- Difusão do Fórum das Américas, na região formada por Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra bem como o incentivo à atividade de pesquisa, comércio regional e exposições nacionais e internacionais.

- Consolidação do Centro Regional de Negócios, distribuído ao longo das cidades que compõem o eixo Londrina-Maringá.

- Início da implantação do Programa Costa-Oeste nas regiões lindeiras ao Lago de Itaipu.

- Promoção do desenvolvimento integral e auto-sustentável da região de influência da Floresta Atlântica e seus remanescentes, garantindo a base ecológica da economia regional e o bem-estar social, mediante a conservação e manejo dos ecossistemas e de sua biodiversidade.

- Continuidade da conservação e recomposição de Fundos de Vales e Matas Ciliares.

- Apoio às atividades de melhoria das condições habitacionais e de apoio à auto-sustentabilidade das comunidades indígenas.

- Início da recuperação da cobertura



vegetal do Estado através de programas de preservação das reservas e de programas de reflorestamento destinados à conservação dos recursos e à exploração comercial de forma racional.

- Início da integração do complexo Vila Velha/Guartelá, dotando-o da infraestrutura necessária.

Criação do Parque Estadual das Araucárias de forma a preservar a biodiversidade e ecossistema Floresta das Araucárias.

- Continuidade ao programa de Educação Ambiental, com o objetivo de proporcionar à comunidade instrumentos para melhoria da qualidade de vida do Estado, a exemplo dos projetos "Lixo que não é lixo", "Câmbio Verde", "Coleta e Destinação Final de Resíduos Hospitalares, Agrícolas e Industriais".

- Melhoria da infraestrutura no litoral paranaense, visando dar suporte ao atendimento a turistas e veranistas, promovendo a economia local e, em especial, dos pontos marcantes da região.

- Promoção e estímulo ao desenvolvimento econômico do triângulo formado por Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra, com o início da implantação do Pólo Continental, através da formação de Distritos Industriais consorciados em parceria com Municípios.

- Promoção de ações na Região Metropolitana de Curitiba tais como, a preservação e recuperação de áreas verdes através de Parques Regionais e em Fundos de Vales, estruturação urbana e fomento ao desenvolvimento, saneamento ambiental, estruturação física da Região Metropolitana de Curitiba, integração e ampliação do sistema de transporte coletivo metropolitano.

- Intensificação das ações do Centro de Design do Paraná.

- Apoio ao Investimento Produtivo operacionalizado por mecanismos fiscais, objetivando o fomento à implantação, expansão e à reativação de estabelecimentos industriais, bem como a modernização tecnológica e o incremento do emprego no Paraná.

- Criação de Núcleos Regionais de Fomento, junto a Agências do BANESTADO, visando à identificação de oportunidades de investimento e a atração de novos negócios.

- Estímulo às atividades geradoras de emprego, a exemplo de projetos como o Quartel de Foz do Iguaçu, Centro Internacional de Negócios, Trade Point, Escritório Regional do Itamaraty.

- Promoção de ações sinérgicas visando a maior integração do Paraná ao MERCOSUL, dinamizando em seu âmbito as relações econômicas, culturais e tecnológicas de modo a consolidar a inserção do Paraná no continente e a ressaltar suas vantagens com-

petitivas, a exemplo do Fórum das Américas, do Portal Aduaneiro em Foz do Iguaçu e da Universidade das Américas.

- Promoção do desenvolvimento do Trabalho do Paraná, implantando Centros de Apoio ao Trabalhador Rural Volante, Programas de Apoio à Comercialização, Cooperativas de Trabalho em Municípios, Programas de Geração de Emprego e Renda, Galpões de Produção, elaboração de estudos e pesquisas em conjunto com o PROGER; fomento à organização de microprodutores em associações e cursos de capacitação gerencial.

- Continuidade à pesquisa do trabalho rural volante, com intensificação do programa de capacitação de entidades sindicais, implantação do programa de formação política dos trabalhadores e a promoção de programas que visem à melhoria nas Relações de Trabalho do Paraná; intermediação de mão-de-obra e intensificação de formação profissional do trabalhador paranaense.

- Implementação das ações relativas ao Programa "Paraná Mineral", visando à valorização da produção mineral, identificação de necessidades e oportunidades regionais de investimento e intensificação do suporte geotécnico aos planos de uso e ocupação de solos de municípios.

- Promoção do desenvolvimento urbano do Paraná, implantando ações que visem à melhoria da qualidade de vida da população nas áreas urbanas de forma orientada quanto ao crescimento ordenado e sustentado.

- Expansão do programa de desenvolvimento de cidades, com vistas ao fortalecimento do poder local e do desenvolvimento sustentado, a exemplo de projetos como o de implantação de Barracões Industriais.

- Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, considerando a pesquisa básica e a pesquisa aplicada como elementos estrategicamente integrados ao desenvolvimento social e econômico, a exemplo de Projetos da Rede Araucária do Paraná, Incubadora de Alta Tecnologia, Centros de Biotecnologia, Consolidação do Laboratório de Informática do TECPAR, Produção de Vacina Tríplíce, Implantação de Exploratorium na Casa da Ciência, Telemática Interativa, Qualidade do Ensino Superior no Paraná.

- Estímulo à atividade de turismo no Estado, através de projetos como Turismo Ecológico, Histórico e Rústico, Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo, Municipalização do Turismo, Eco-Verão, dentre outros.

### III - DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Continuidade à descentralização hierarquizada do sistema de saúde de modo a criar um atendimento personalizado do



naciente em todo o Estado, integrado a uma proposta global com vistas à vigilância à saúde, regionalização e gestão de serviços e ações de saúde pelos municípios, participação da sociedade, informação, comunicação social e recursos humanos.

- Recuperação, planificação e otimização da capacidade instalada de serviços na área de saúde.

- Incremento das ações de suporte nas áreas terapêutica, de apoio diagnóstico e de desenvolvimento institucional.

- Ampliação da assistência ambulatorial básica e especializada, assistência hospitalar local e referenciada e assistência farmacêutica.

- Continuidade à implantação de Centrais de Marcação de consultas especializadas, de leitos, de ambulâncias e de redes de apoio laboratorial, de Linhas da Saúde Intermunicipal e Intramunicipal, da Rede Integrada de Hemocentros, Hemonúcleos e Agências Transfusionais, da Produção de Imunobiológicos e Insumos para Laboratório, e de Projetos Ligados a Saúde da Criança, do Trabalhador, Saúde Mental, Saúde Rural e do Combate a Epidemias e Endemias.

- Expansão do Sistema Integrado de Assistência ao Trauma e Emergência - SIATE e a criação de Central Estadual de Transplantes.

- Intensificação dos Cosórcios Intermunicipais de Saúde e da Rede de Hospitais Comunitários do Paraná.

- Descentralização gradativa do sistema educacional, com a participação da comunidade, com maior autonomia e agilidade às escolas.

- Continuidade ao programa de Qualidade de Ensino de 1º e 2º graus com:

- a) implantação de instrumentos necessários para aumentar a permanência do aluno na escola;

- b) implantação de programas culturais, de incentivo à criatividade, esportes e modelos educacionais alternativos;

- c) recuperação e otimização de uso dos equipamentos da educação;

- d) implantação de programas de treinamento e atualização em serviço para os profissionais da educação, voltados às realidades regionais;

- e) expansão do projeto "Vale Saber" aos professores que desenvolverem e aprimorarem seus conhecimentos;

- f) intensificação da Universidade do Professor.

- Acompanhamento e apreciação do Desempenho do Sistema Educacional, através dos projetos, Educação Rumo Certo, Avaliação da Aprendizagem, Avaliação do Desempenho de Docentes e da Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, entre outros.

- Agilização de mecanismos operacio-

nais, com a intensificação do "Panco Escolar".

- Expansão e diversificação de oportunidades educacionais incluindo a implementação do "Vale Ensinar" a consolidação do ciclo básico de alfabetização, o fortalecimento das Escolas do Campo, o acompanhamento do Plano Decenal de Educação, a criação de curso de magistério para professores leigos, entre outras.

- Incentivo à criação de cursos profissionalizantes e universitários voltados às demandas de cada região.

- Incentivo à consolidação de Universidades vinculadas às vocações regionais com participação da comunidade para a sua viabilização técnica, econômica, financeira e científica.

- Continuidade à descentralização do Sistema Penitenciário do Estado, através da construção de complexos penitenciários, além de programas de educação e capacitação à cidadania, a exemplo do projeto "Penitenciárias-Industriais".

- Continuidade aos programas na área de Segurança Pública, fortalecendo a polícia ambiental, o batalhão de patrulhamento rural e a interação com segmentos da Polícia Federal para fiscalização de fronteiras; expansão do policiamento ostensivo para combate a violência urbana; implantação de módulos policiais nas cidades-pólo com participação da comunidade; investimentos para o Corpo de Bombeiros; modernização do DETRAN.

- Expansão dos programas que desenvolvam política de assistência social com ações de caráter emancipador voltados aos segmentos de população excluídos do acesso aos serviços essenciais.

- Promoção da convivência familiar da criança e do adolescente, intensificando Projetos como Piá, Creche, Formando Cidadão, Piá no Esporte, Piá Ambiental, Piá - acrescido da especificidade que caracteriza a comunidade indígena - Da Rua para Escola, Apoio a Entidades de Atendimento à Família e Registro Civil.

- Implantação de Programas de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente, através da interiorização dos Centros Integrados de Atendimento ao Menor Infrator, da implantação de unidades de atendimento regionalizadas de semi-liberdade, da ampliação de atendimento em Liberdade Assistida e do Projeto Casas-Lares.

- Expansão de Programas de Atenção ao Idoso, através de Projetos de Revitalização de Asilos (Moradas do Sol), Casas-Lar, Condomínio da 3ª Idade, Centro de Convivência e Produção (Clube dos Idosos), entre outros.

- Expansão de Programas de atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, a serem implementados através de projetos como

"Perfil da Pessoa Portadora de Deficiência", "Sistema de Atenção Continuada", "Casa-Lar" e "Sistema de Informações Gerais de Apoio".

Ampliação do Desenvolvimento Comunitário, através de programas de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do Trabalhador Rural, ao Fundo de Desenvolvimento Comunitário, ao Assentamento Rural, ao Desenvolvimento Comunitário nas Vilas Rurais, ao Centro de Apoio ao Trabalhador Volante.

- Estímulo ao fomento de Organizações Comunitárias através da Capacitação de Lideranças Comunitárias e Centros de Convivência da Família.

- Implantação da Central de Produção de Alimentos, em parceria com o PROVOPAR Estadual, Prefeituras Municipais e ONG'S.

- Fomento às atividades produtivas de Projetos de Estímulo ao Ofício como Linha/Estação do Ofício, Piá no Ofício e Estação da Produção.

- Incentivo e Valorização do Artesanato Paranaense.

- Continuidade às atividades de esporte e lazer fundamentais à uma melhor qualidade de vida do cidadão, respeitando as características regionais e municipais na busca da transformação do seu cotidiano, a exemplo de Projetos como a Vila Olímpica, Parceria Esportiva, Memória Esportiva, Paraná Olímpico, Integração das Pessoas Deficientes, Esporte Universitário, entre outros.

- Continuidade à política cultural, através do fortalecimento da memória e da identidade paranaense, recuperação e preservação do litoral, das edificações e sítios históricos, incentivo à pesquisa como meio de valorização e resgate da história vivida pelo povo do Paraná; o acesso às informações culturais à comunidade.

- Intensificar Projetos como Canal da Música, Trilha da Cultura, Revitalização do Centro Histórico de Antonina, Correio da Memória, Canal Paraná, Centro de Estudos de Música de Londrina, Grandes Festivais, Produções em Artes Cênicas e Musicais, Museu Paranaense, Etnias Paranaenses, Cinema Paraná, Literatura e Editoração, Livros de Arte, Memória e Patrimônio, reequipamento dos Museus, Centro de Restauro e Caminhos do Paraná, entre outros.

- Concentrar esforços no sentido de amenizar o grau de carência habitacional de uma significativa parcela da população possibilitando a implementação de estratégias para assegurar a casa própria, material de construção e lotes urbanizados, e no meio rural o assentamento dos trabalhadores volantes, a exemplo de projetos como "Habitação Urbana", Habitação Rural" e "Casas do Ofício".

#### IV-EFETIVIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

- Descentralização administrativa, levando às cidades-pólo infra-estrutura pública, de modo a dar respostas mais ágeis às demandas da sociedade proporcionando sinergia entre os recursos financeiros, tecnológicos e humanos, entendendo a qualidade na gestão pública como indutora do processo de transformação.

- Promoção de maior integração entre as esferas governamentais de forma a aproximar os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público nos âmbitos municipal e federal; promoção de ações que aproximem o cidadão e o Estado.

- Promoção de ações indutoras e facilitadoras do processo de gestão através de conceitos e enfoques diferenciados do sistema hierárquico e burocrático atual, via fomento de parcerias de tecnologia e de gerência; participação de universidades e escolas técnicas como centros de pesquisa pura e aplicada em cada região.

- Expansão do programa de modernização da administração do Estado com o uso racional e intensivo da tecnologia da informação.

- Intensificação de ações de Representação do Cidadão Junto ao Governo, através da Ouvidoria Geral.

- Descentralização e desburocratização dos serviços da Junta Comercial do Paraná, PROCON e IPEM, garantindo uma atuação efetiva em defesa do consumidor e do micro e pequeno empresário.

- Expansão dos programas de organização municipal, de assistência técnica aos municípios, de capacitação de recursos humanos, bem como o fortalecimento da descentralização técnico-administrativa das unidades sociais do Estado.

- Intensificação e reforço à área de arrecadação e fiscalização via medidas reestruturantes da gestão tributária e financeira do Estado a exemplo de Projetos como Operação Outono, Porta a Porta, Desenquadramento de Microempresas, Operação Integração, Cidadão Nota 10.

- Consolidação de mecanismos de incentivos às atividades econômicas através de uma política orientada nas áreas creditícia e tributária.

- Continuidade à política de desenvolvimento humano do servidor público estadual como co-participe da gestão, com vistas à profissionalização, dignificação e valorização de tal forma a dar um salto de qualidade nos serviços prestados pelo Estado, de maneira compartilhada.

ÓRGÃO:  
UNIDADE:

Código Especif. Unid. Quant. Fonte Valor  
R\$1,00

TOTAL					

INSTRUÇÕES: O Anexo ao Programa de Obras, será apresentado por Órgão, Unidade e Projeto/Atividade e por Região ou Município dependendo do nível de agregação da obra.

Na coluna de Código aparecerá o código do Projeto/Atividade e o número sequencial da obra ou seja de 0001 a 9999 para cada P/A.

Na coluna de Especificação aparecerá o nome do projeto/Atividade seguido da região ou município e da descrição das respectivas obras juntamente com a unidade de medida (km, m, etc).

Na coluna de Quantidade será apresentada a quantificação da unidade especificada.

Na coluna de Fontes será especificada a origem dos recursos a serem dispendidos com a obra, indicando a fonte de "00 a 92"

Se a obra tiver recursos de mais de uma fonte, deverá aparecer uma linha para cada fonte.

Na coluna de Valor, será apresentada a quantidade de recursos por fonte para cada obra.

Ofício:

#### OFÍCIO

Sob os n.ºs. CTL/SEEG/068 e 069/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder os Projetos de Leis n.ºs. 043 e 130/95. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO N.º 1013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência, ao Projeto de Resolução n.º 02/96 de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito nas localidades de Prainha e Cabaraquara para que a população decida sobre sua incorporação ao Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO N.º 1015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência, ao Projeto de Lei n.º 124/96 de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, com sede e foro no Município de Rio Azul. Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO N.º 1016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência, ao Projeto de Lei n.º 083/96 de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública o "Instituto Cristão", com sede e foro no Município de Castro.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO N.º 1017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 515/95 de autoria do Deputado Antonio Belinati, conforme o disposto no Artigo n.º 183 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO N.º 1022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final dos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO N.º 1007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o arquivamento do Projeto de Resolução n.º 39/95, de sua autoria e o desentranhamento da documentação do mesmo projeto.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 1012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 18.02.96, da Sra. Teresinha Aires Florido.

Pessoa de muitas amizades, que muito contribuiu para o desenvolvimento da sociedade pontagrossense, deixando familiares, amigos e aqueles que tiveram o prazer de conhecê-la, enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Evaristo da Veiga, 427 - Vila Vilela - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 18.02.96, do Sr. José Pereira da Silva.

Pessoa de muitas amizades, que muito contribuiu para o desenvolvimento da sociedade pontagrossense, deixando familiares, amigos e aqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo, enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Thaumaturgo de Azevedo, 95 - Oficinas - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Nair Mazza, esposa e mãe dedicada. Alicerçou uma família, dentre os quais destacamos o conceituado jornalista Geraldo Mazza, que se apresenta em todos os setores da imprensa paranaense com seriedade e profissionalismo.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Dona Nair Mazza, um coração curitibano, que soube como ninguém viver e amar nossa capital paranaense. Dos seus frutos brotaram intelectuais que formam gerações.

Entre eles, destaca-se Luiz Geraldo Mazza, um jornalista e advogado atuante que atua na formação de uma nova ótica de

opinião pública, ancorando os principais acontecimentos do nosso Estado e contribuindo com sua pena no desenvolvimento intelectual do nosso povo.

REQUERIMENTO N° 1038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de pesar aos familiares, extensivos à família Apaena, pelo falecimento do Senhor Joani Veloso de Araújo, Presidente da APAE, da Cidade de Adrianópolis, ocorrido em 12/04/96, deixando uma profunda lacuna na sociedade daquela cidade, principalmente à família Apaena.

Requer, outrossim, seja dado ciência desta decisão à família do extinto e à APAE de Adrianópolis, no endereço seguinte: Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 94 Centro - Adrianópolis, Paraná, CEP: 83.490-000.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Adrianópolis, encontra-se de luto pelo passamento de seu Presidente-Fundador Joani Veloso de Araújo, recentemente ocorrido em um acidente de veículos naquela cidade.

O mesmo era casado com a Senhora Sandra Aparecida Moreira de Araújo e deixa duas filhas de 11 e 08 anos e um filho de 06 anos, portador de Síndrome de Down, deixando também profundo sentimento na família Apaena daquela cidade.

REQUERIMENTO N° 1003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, diretor do Jornal Gazeta do Povo pela inserção em seus quadros, do jornalista Fábio Campana, que através de sua coluna política diária, publicada por aquele veículo, muito tem contribuído para o nível de informação de milhares de leitores em todo o Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Francisco Cunha Pereira Filho sempre foi um jornalista ligado aos acontecimentos atuais, atento às necessidades de seu público leitor e principalmente, ao que a sociedade paranaense reivindica.

Dentro desta visão, percebeu a importância de ter entre seus quadros de profissionais a competência de um jorna-

lista do nível de Fábio Campana. Reconhecido como um dos mais bem informados profissionais de comunicação de todo o Paraná, e de trânsito fácil em todos os segmentos sociais do Estado, Fábio Campana traz para seus leitores de todo o dia as últimas notícias, o que está se passando nos bastidores e dá, em primeira mão, muita coisa que os jornais noticiarão mais tarde.

## REQUERIMENTO N° 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Doutor Antonio Lopes de Noronha, alusivos à sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a realizar-se no dia 17 próximo.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência aquele Tribunal.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Doutor José Wanderlei Resende, alusivos à sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a realizar-se no dia 17 próximo.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência aquele Tribunal.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Brasil Paraná de Cristo, alusivos à sua reeleição para a Presidência da Associação dos Servidores Públicos do Paraná -ASPP, ocorrida no último dia 14 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada àquela Associação.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Exército, alusivos às comemorações ao Dia do Exército a serem realizadas no dia 19 próximo.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Comandante, General de Divisão, Agnaldo Del Nero Augusto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 31 de março s/n°, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Darvil José Caron, alusivos à passagem do seu 80º aniversário, a realizar-se no dia 2 de maio do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rodovia PR-506 - km 1 n° 195, CEP. 83430-000, Campina Grande do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Doutor Paulo Pimentel, Diretor-Presidente do Jornal O Estado do Paraná, pela contratação dos jornalistas Hugo Sant'ana e Jamur Júnior, redatores da coluna política "Tiro e Queda", publicada diariamente por aquele veículo de comunicação.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

É o Doutor Paulo Pimentel merecedor de nossas congratulações pela visão da importância de uma boa cobertura dos fatos políticos de todo o Paraná, representada com a entrada em seu jornal, dos brilhantes e respeitados jornalistas Hugo Sant'ana e Jamur Júnior.

Ambos com a coluna política "Tiro e Queda", publicada diariamente em O Estado do Paraná, acrescentaram àquele matutino vigor, agilidade e uma confiável cobertura dos acontecimentos que fazem a dinâmica da vida pública paranaense. O texto dos dois jornalistas traduz uma nova postura com relação a cobertura dos fatos que devem chegar ao conhecimento da popu-

lação.

Parabéns ao incansável empresário de comunicação, e aos dois jornalistas que assinam o "Tiro e Queda".

REQUERIMENTO N° 1028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Grupo Paulo Pimentel, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Senhor Paulo Pimentel, pela inovação de seu novo telejornal, veiculado em todo o Paraná através das emissoras de televisão do grupo, sob a competente direção do jornalista Pedro Chagas Neto.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A televisão paranaense ganhou um novo fôlego com a entrada no ar do novo telejornal do Grupo Paulo Pimentel. Veiculado pelas emissoras do grupo, o novo formato garante uma cobertura dinâmica e fiel aos fatos de interesse da sociedade. O telejornal das emissoras do Doutor Paulo Pimentel não perde nada para concorrentes do gênero. Ao contrário, traz mais agilidade e maturidade jornalística. Chegou à fórmula que se aproxima do ideal do noticiário televisivo. Cobertura incisiva e responsável, imparcial na abordagem dos fatos e atenta à prestação de serviços. A direção do experiente e competente jornalista Pedro Pedro Chagas Neto são as garantias de audiência e credibilidade. Ganhamos todos com esta nova iniciativa no jornalismo paranaense.

REQUERIMENTO N° 1034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Doutor Rosene Arão de Cristo Pereira, alusivos à sua promoção como Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, ocorrida em sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em 12 de abril do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência aquele Tribunal.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo voto de congratulações ao

Senhor Dr. Kadri Massuda, Presidente da A.P.R., desta Cidade de Curitiba, pela reinauguração da Escola da A.P.R. NABIL TACLA, à Av. Pres. Getúlio Vargas 944, onde funciona o Centro de Simulação Precoce para a Criança Portadora de Deficiência Física, da Cidade de Curitiba.

Requer, outrossim, seja dada ciência desta decisão, ao Senhor homenageado no seguinte endereço: Rua dos Funcionários 609, Cabral, Curitiba/PR. - CEP: 80.035-050.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Reabilitação, vem sendo presidida de maneira brilhante pelo Dr. Kadri Massuda juntamente com os demais membros da atual Diretoria e que vem coroando de êxito e glórias as realizações desta entidade.

Mais recentemente foi reinaugurada a Escola Nabil Tacla, onde funciona o Centro de Simulação Precoce para a Criança Portadora de Deficiência Física, na Av. Pres. Getúlio Vargas, desta cidade, com modernos equipamentos para o bom atendimento de seus alunos e crianças assistidas pela A.P.R..

REQUERIMENTO N° 1037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo voto de congratulações, ao Senhor Miguel Ferreira de Paula, pela inauguração da Cobertura da Cancha de Esportes e Recreação, da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de São José dos Pinhais, deste Estado, ocorrida no último dia 12.04.96.

Requer, outrossim, seja dada ciência desta decisão, ao Senhor homenageado, no seguinte endereço: Rua João Alberti 44, Centro, São José dos Pinhais-PR. - CEP: 83.030-430.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A APAE da Cidade de São José dos Pinhais vem sendo brilhantemente presidida pelo Sr. Miguel Ferreira de Paula, juntamente com os demais membros da atual Diretoria, alcançando os objetivos do bom atendimento aos alunos assistidos por esta entidade.

A última atividade coroada de êxito e muito trabalho do Senhor Presidente foi a inauguração da cobertura da cancha de esportes e recreação, ocorrida no último dia 12.04.96.

REQUERIMENTO N° 1039



Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um voto de congratulações ao serviço TELEPAZ, pelos seus 25 anos de atividade.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1971 por Assad Pechara, o Telepaz é um serviço gratuito que funciona diuturnamente, aconselhando através de mensagens gravadas e consultas que sinalizam para a solução de problemas através do otimismo, esperança e da fé em Deus.

As linhas que operam o Telepaz recebem diariamente centenas de chamadas de gente de todo o Brasil, para ouvir do pastor Wady Pechara mensagens de conforto à angústia vivida naquele momento. Desde que assumiu o serviço o pastor já gravou cerca de 1.300 mensagens. Além de redigi-las, o pastor ora a Deus em favor das pessoas que as ouvirão pedindo que as recebam com fé.

O pastor explica que o Telepaz tem o objetivo de mostrar que Jesus é a mensagem para os nossos problemas e ansiedades, não importando o credo religioso de cada ouvinte.

Essas mensagens têm servido para que muitos superem os obstáculos sem maiores problemas. Aqueles que deixam seus números de telefone para um retorno também têm encontrado consolação, orações e muita esperança.

"Você chegou na boca da noite, no meio do medo, no escuro da vida e me trouxe o sol" - testemunha um dos usuários do serviço.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder ao Pastor Wady Pechara, à sua esposa Lydia e a todos os que concorrem com seu trabalho para a prestação desse extraordinário serviço ao longo dos últimos 25 anos.

REQUERIMENTO N° 1040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um voto de congratulações à nova diretoria da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Depois de 3 anos no exercício da presidência da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, OCEPAR, Dick Carlos de Deus deixou o cargo com marcantes realizações frente à entidade.

Para o próximo triênio foi eleito Presidente João Paulo Koslovski e, para as funções de diretores vice-Presidentes: Wilson Thiesen, Ari Antonio Residoerfer, Fábio Rosso, José Aroldo Gallassini, Eli-seu de Paula e Luiz Lourenço, Franke Dijkstra, Francisco Majowski, Seno Cláudio Lunkes, Luiz Carlos M. Palmquist, Ignácio Aloísio Donel e Johan Van Arrogon.

A diretoria executiva é ocupada pelo engenheiro José Roberto Ricken.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os eleitos, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de realizações em favor das cooperativas do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1011

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Colégio Estadual Santo Antonio, localizado no bairro Orleans. Com as notícias de tentativas de seqüestros de crianças, os pais encontram-se apreensivos, motivo pelo qual pedem a presença de um policial a fim de proporcionar uma maior segurança tanto aos alunos quanto aos pais.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1008

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Botiatuva - Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação de um telefone público na Av. Vereador Wasdislau Bugalski, 152.

Afirmam os moradores desse bairro que já existia um telefone nas proximidades, porém foi retirado. Como no endereço citado funciona uma mercearia, é um local apropriado para a instalação do telefone, o qual atenderá a contento toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1009

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Go-

vernador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido das mães dos alunos do Colégio Estadual Geovira Corrêa Pacheco, localizado no bairro da Parreirinha, as quais solicitam policiamento ostensivo no local. Uma criança deste colégio sofreu tentativa de seqüestro e outras afirmam serem perseguidas, deixando os pais apavorados. Em frente ao colégio funciona a Creche Vila Mariana, sendo de suma importância a presença de um policial durante o dia.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de um módulo policial na Vila Tânia Mara em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é feita atendendo pedido da população da Vila Tânia Mara, Vila Pintangui, Vila Baraúna, Vila Santa Mônica, Vila Santa Lúcia e alunos e professores do CEFET, que têm interesse no módulo policial para maior proteção.

REQUERIMENTO N° 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de proceder reparos na Rua 7, localizada na Vila São Luiz. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que essa rua encontra-se intransitável, prejudicando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do Programa "Linha do Ofício" no Município de São Jorge do Patrocínio.

O Programa Linha do Ofício já implantado em Curitiba e estendido a outras cidades com resultados favoráveis, vem de encontro aos interesses do município, uma vez que beneficiará crianças e jovens de

baixa renda, oferecendo-lhes capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, através dos cursos de informática, datilografia, corte e costura, culinária, cabelereiro, eletricitista, auxiliar de escritório e outros.

Ao oferecermos a possibilidade de um aprendizado profissional, onde as aulas são levadas diretamente às comunidades ou bairros através de ônibus reformados e transformados em salas de aula ambulantes, estamos contribuindo para o aumento da renda das famílias carentes do nosso Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Aparecido Faleiros, Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio (Rua Mal. Cândido Rondon, 164 - CEP 87555-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV - gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do Programa "Linha do Ofício" no Município de Vila Alta.

O Programa Linha do Ofício já implantado em Curitiba e estendido a outras cidades com resultados favoráveis, vem de encontro aos interesses do município, uma vez que beneficiará crianças e jovens de baixa renda, oferecendo-lhes capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, através dos cursos de informática, datilografia, corte e costura, culinária, cabelereiro, eletricitista, auxiliar de escritório e outros.

Ao oferecermos a possibilidade de um aprendizado profissional, onde as aulas são levadas diretamente às comunidades ou bairros através de ônibus reformados e transformados em salas de aula ambulantes, estamos contribuindo para o aumento da renda das famílias carentes do nosso Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Dayse Meire Jardim, Prefeita Municipal de Vila Alta (Av. Tupi, s/n - CEP 98516-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV - gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do Programa "Linha do Ofício" no Município de Cruzeiro do Oeste.

O Programa Linha do Ofício já implantado em Curitiba e estendido a outras cidades com resultados favoráveis, vem de encontro aos interesses do município, uma vez que beneficiará crianças e jovens de baixa renda, oferecendo-lhes capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, através dos cursos de informática, datilografia, corte e costura, culinária, cabelereiro, eletricitista, auxiliar de escritório e outros.

Ao oferecermos a possibilidade de um aprendizado profissional, onde as aulas são levadas diretamente às comunidades ou bairros através de ônibus reformados e transformados em salas de aula ambulantes, estamos contribuindo para o aumento da renda das famílias carentes do nosso Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Antonio de Castro, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste (Rua J. E. Resende, 686); e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV - gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO N° 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do Programa "Linha do Ofício" no Município de Pérola.

O Programa Linha do Ofício já implantado em Curitiba e estendido a outras cidades com resultados favoráveis, vem de encontro aos interesses do município, uma vez que beneficiará crianças e jovens de baixa renda, oferecendo-lhes capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, através dos cursos de informática, datilografia, corte e costura, culinária, cabelereiro, eletricitista, auxiliar de escritório e outros.

Ao oferecermos a possibilidade de um aprendizado profissional, onde as aulas são levadas diretamente às comunidades ou bairros através de ônibus reformados e transformados em salas de aula ambulantes, estamos contribuindo para o aumento da renda das famílias carentes do nosso Esta-

do.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gentil Scalco, Prefeito Municipal de Pérola (Rua Rosário, 202), ao Vereador Jesus Ordones Gonzales, Câmara Municipal (Av. da P. Byington, s/n) CEP 87.540-000; e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV - gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO N° 1029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, MD. Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 43.946,65 (quarenta e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) para serem aplicados nas obras da Galeria de Águas Pluviais no Conjunto Residencial Guarani II, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Franco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV gabinete 948 - Brasília - DF - CEP: 70.169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial Guarani II, com a estimativa de gastos no valor de R\$ 43.946,65.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o Município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caiua, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.

No conjunto residencial mencionado não há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO N° 1030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, MD. Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 13.037,61 (treze mil, trinta e sete reais e sessenta e um centavos) para serem aplicados nas obras da Galeria de Águas Pluviais no Conjunto Residencial Guarani I, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV gabinete 948 - Brasília - DF - CEP: 70.169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial Guarani I, com a estimativa de gastos no valor de R\$ 13.037,61.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o Município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caluá, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.

No conjunto residencial mencionado não há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

REQUERIMENTO N° 1031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, MD. Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 115.996,32 (cento e quinze mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos) para serem aplicados nas obras da Galeria de Águas Pluviais no Conjunto Residencial Ouro Preto, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV gabinete 948 - Brasília -

-DF - CEP: 70.169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial Ouro Preto, com a estimativa de gastos no valor de R\$ 115.996,32.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o Município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caluá, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.

No conjunto residencial mencionado não há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

REQUERIMENTO N° 1032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, MD. Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 107.344,65 (cento e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) para serem aplicados nas obras da Galeria de Águas Pluviais no Conjunto Residencial Jardim Independência, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV gabinete 948 - Brasília - DF - CEP: 70.169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial Jardim Independência com a estimativa de gastos no valor de R\$ 107.344,65.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o Município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caluá, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.

No conjunto residencial mencionado não

há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO N° 1033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, MD. Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 153.020,56 (cento e cinquenta e três mil, vinte reais e cinquenta e seis centavos) para serem aplicados nas obras da Galeria de Águas Pluviais no Conj. Residencial Córrego Longe, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV gabinete 948 - Brasília-DF - CEP: 70.169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial Córrego Longe, com a estimativa de gastos no valor de R\$ 153.020,56.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o Município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caiua, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.

No conjunto residencial mencionado não há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO N° 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, MD. Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 60.744,52 (sessenta mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) para serem aplicados nas obras

da Galeria de Águas Pluviais no Conjunto Residencial 26 de junho, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV gabinete 948 - Brasília-DF - CEP: 70.169-970).

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial 26 de junho, com a estimativa de gastos no valor de R\$ 60.744,52.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o Município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caiua, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.

No conjunto residencial mencionado não há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO N° 1043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, solicitando providências imediatas, no sentido de repassar às APAES e demais entidades assistenciais, com direito ao Fundo Nacional de Assistência Social, disciplinado pela Lei n° 1.605/95 de 20/05/95, R\$ 4.611.856,38 (quatro milhões, seiscientos e onze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), já repassados por aquele órgão ao Estado do Paraná referente às parcelas de janeiro e fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, Senhor Presidente, se deve ao fato de que as APAES, bem como as demais entidades assistenciais do Paraná estão vivendo uma situação insustentável, em decorrência do atraso no repasse das parcelas referentes ao citado recurso, sacrificando exatamente aqueles profissionais que dedicam suas vidas cul-

dando das pessoas carentes e excepcionais. Não bastasse os míseros salários, sem reajuste desde dezembro de 1994, esses profissionais se vêm privados do seu recebimento por quase quatro meses. E o que é pior, Senhor Presidente, o atraso se deve à omissão do Governo do Estado do Paraná no cumprimento das normas estabelecidas pela União, que exige dos Estados, a criação do Fundo Estadual de Assistência Social e do Conselho Estadual de Assistência Social para, através dos mesmos, fazer o devido repasse e, até hoje, o Estado do Paraná não tomou essas providências.

Informo, ainda, Senhor Presidente que, em contato telefônico com aquele órgão, em Brasília, fui informado, depois de muita insistência que, excepcionalmente, o Fundo Nacional de Assistência Social estaria sendo repassado, ao Estado do Paraná, em data de ontem, 15/04/96, recursos no montante de R\$ 4.611.856,38 (quatro milhões, seiscentos e onze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), referentes às parcelas de janeiro e fevereiro e que, nos próximos 15 dias repassará a parcela referente ao mês de março, e ainda, que continuará repassando as parcelas seguintes, excepcionalmente por um período de 6 meses, para que, durante esse tempo, o Estado se estruture em atendimento àquela exigência.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 130/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica reduzido o índice do ICMS, no limite máximo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), de empresas que promovam a divulgação, em produtos ou serviços, de fotografias de crianças desaparecidas no Estado.

Art. 2° - A divulgação deverá ser efetuada através de impressão gráfica de fotografias dos desaparecidos nas embalagens, se tratando de produtos, ou por intermédio de cartazes afixados em local de fácil visualização quando se tratar de serviços de transporte coletivo intermunicipal e interestadual.

§ 1° - Junto à fotografia deverá constar a data do desaparecimento, idade e principais traços característicos das crianças.

§ 2° - Em embalagens a dimensão da fotografia deverá ser no mínimo 3x4 cm, e em cartazes para afixação em transporte coletivo 5x7 cm.

Art. 3° - As fotografias deverão ser substituídas há cada 180 dias por de ou-

tras crianças.

Art. 4° - A Secretaria de Estado da Segurança Pública caberá a incumbência de fornecer as fotografias e os dados necessários dos desaparecidos, bem como fiscalizar os prazos contidos nesta lei, podendo fazê-lo em conjunto com outros órgãos da administração pública.

Art. 5° - Cada empresa poderá usufruir desta lei no período máximo de 02 (dois) anos.

Art. 6° - O benefício desta lei somente recairá sobre a base de cálculo do imposto gerado pela venda do produto em que constar a divulgação.

Art. 7° - O Poder Executivo no prazo de 90 dias, através de medida legal, fixará normas regularizando a presente lei, estabelecendo o índice do ICMS a ser reduzido das empresas, e outras medidas que entender necessárias para o seu cumprimento.

Art. 8° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) SÂMIS DA SILVA

PROJETO DE LEI N° 131/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica proibida a veiculação de anúncios de oferecimento de sexo e produtos pornográficos nos órgãos de imprensa do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Diariamente deparamo-nos com anúncios publicados nos órgãos de imprensa de nosso Estado que agridem a moral e os bons costumes. São os famigerados anúncios de oferecimento de "companhia" e produtos pornográficos.

É necessário que o Poder constituído tome medidas para estancar com essa prática que tanto mal causa à nossa juventude.

PROJETO DE LEI N° 132/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica proibida a veiculação de comerciais sobre tele-sexo, nas emissoras de televisão do Estado do Paraná.



Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Tal medida faz-se necessária, urgentemente. Atualmente, algumas emissoras de televisão têm colocado a nós e nossos filhos em situações prejudiciais e desnecessárias. Ao depararmos com uma propaganda de sexo por telefone sentimo-nos agredidos pois ligamos o aparelho para ver nosso programa preferido e não tais barbaridades.

Nossos filhos, crianças e adolescentes, não têm condições de discernir o que é bom ou ruim e cabe a nós educá-los, direcionando-os através de vários meios, inclusive de boas programações televisivas, dispensando anúncios comprometedores para sua formação moral.

PROJETO DE LEI Nº 133/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Noventa por cento das vagas dos cursos regulares de graduação das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Poder Público Estadual ficam reservadas exclusivamente a alunos domiciliados no Paraná há pelo menos 24 meses.

Art. 2º - O domicílio do candidato será informado no momento da inscrição no vestibular, e, atingido o número de aprovados domiciliares fora do Estado do Paraná o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de cada curso, passarão a ser chamados apenas alunos domiciliados no Estado.

Art. 3º - A comprovação de domicílio mencionada no artigo 1º será feita no ato da matrícula, e, havendo dúvida quanto à veracidade das informações, caberá ao Reitor ou ao Diretor comunicar o fato à autoridade policial competente, para a instauração do respectivo inquérito criminal.

Art. 4º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 90 dias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.96

(a) EDGAR HUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Presenciamos no sistema de ensino público superior paranaense uma situação paradoxal. Alunos de outros Estados estão ocupando as vagas das Universidades e Fa-

culdades mantidas pelo Poder Público, para depois retornarem aos seus Estados de origem, não contribuindo assim para o desenvolvimento do Paraná. São instituições mantidas a partir de impostos recolhidos dos paranaenses, que por sua vez não conseguem vagas para seus filhos porque já há alguém de fora do Estado ocupando-as. Ou seja, o paranaense que sustenta a Universidade ou a Faculdade não pode usufruir de seu ensino, por haver nela muitos estudantes de outros Estados - estudando de graça - e que após formados voltarão para seus Estados de origem.

A título de exemplo, o vestibular/96 da Universidade Estadual de Londrina teve 5.007 candidatos provenientes de São Paulo. Dos alunos aprovados no vestibular e matriculados em 1995 no curso de Ciências Biológicas da UEL, 35% vieram de São Paulo, enquanto apenas 30% residem em Londrina - a cidade da Universidade. No curso de Medicina Veterinária, no mesmo ano, 33,3% de paulistas matricularam-se no lugar dos paranaenses. Em Química, 35,9% de paulistas e apenas 12,8% da cidade que abriga a Universidade. Em Jornalismo, 35% de alunos de São Paulo, 30% de Londrina e 25% do restante do Paraná.

Em 1992, na mesma UEL, em toda a área biológica (Medicina, Odontologia, Farmácia, Veterinária, etc) 44,8% dos alunos matriculados vieram do Estado de São Paulo, sobrando apenas 25,5% para os residentes em Londrina e outros 23% para o resto do Paraná. Na Faculdade de Jacareizinho - sustentada pelo povo paranaense - o curso de Direito tem como maioria esmagadora alunos provenientes de outros Estados.

São em grande parte alunos que passam no vestibular, formam-se às custas do povo paranaense e depois voltam para produzir riquezas em seu Estado de origem, além de impossibilitar o aluno domiciliado no Paraná de estudar nas instituições que ele próprio mantém.

Defendemos o direito do cidadão brasileiro cursar seu 3º grau em qualquer parte do território nacional, desde que a Universidade seja Federal ou particular. Não é justo que o Paraná pague a conta, já que abriga apenas uma Universidade Federal, ao passo que o Rio Grande do Sul possui 4 e Minas Gerais 7 instituições mantidas pela União.

Esta é uma questão que deve ser levada a sério por esta Casa de Leis, sob pena de usurpamos do verdadeiro cidadão paranaense a oportunidade de cursar uma Universidade Pública de bom nível.

Peço a associação dos nobres Pares neste projeto de lei, para que não contribuintes deixem de ocupar indistintamente vagas do cidadão paranaense, legítimo me-

recedor do excelente ensino público que o Paraná oferece.

PROJETO DE LEI N° 134/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Voluntariado da Saúde do Guabirotuba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 07 de outubro de 1993, com sede e foro nesta Capital, o Voluntariado da Saúde do Guabirotuba, é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado sob n° 13.700, livro "A", junto ao Cartório do Registro de Títulos e Documentos do 1° Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

O Voluntariado foi constituído com a finalidade de prestar assistência material, religiosa, moral e psicológica aos doentes da comunidade, em especial aos pacientes internados no Hospital Frasto Gaertner, nesta Capital, bem como a seus familiares, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 3° do seu estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de utilidade pública, sendo importante destacar o mérito do Voluntariado para tal reconhecimento, decorrente da seriedade do trabalho dirigido à comunidade do Guabirotuba, em Curitiba.

PROJETO DE LEI N° 135/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Assistencial Assembléia de Deus - ASAD", com sede e foro na Cidade de Rio Negro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade em questão, constituída na data de 02 de setembro de 1993, é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Rio Negro.

A Associação Assistencial Assembléia de Deus - ASAD, tem caráter assistencial, educacional, cultural e filantrópico, com objetivos de desenvolver a assistência social geral, a educação, a cultura e a filantropia, entre outros.

Outrossim, nota-se que a citada entidade, através da prestação de seus serviços junto à comunidade, procura amenizar a caótica situação em que se encontram aqueles que necessitam de auxílio, os chamados "excluídos e desafortunados".

É incontestável a afirmação que a miséria tem aumentado em todo o mundo, principalmente nos chamados terceiro mundo ou em desenvolvimento. O Estado não tem conseguido estancar o crescente aumento do conhecido cinturão da pobreza. A sociedade civil precisa se conscientizar da necessidade de auxiliar o Estado nesta árdua tarefa. Sem a ajuda desta, a meta jamais será alcançada. Com a colaboração mútua entre o Estado e a sociedade civil, há possibilidades reais e eficazes de se diminuir o sofrimento dos que estão à margem do progresso evolutivo do ser humano, mas nem por isso, deixam de ser cidadãos, os quais o direito à vida, à saúde e principalmente à dignidade devem ser respeitados e jamais esquecidos por aqueles mais afortunados.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos contar com o apoio dos Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 136/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Sebastião Saponski, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente proposição tendo em vista que a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Sebastião Saponski, objetiva promover assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade: mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas de tão nobre valor social, nada justo que seu reconhecimento como Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 137/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Fundada em 26 de março de 1966, com sede e foro nesta Capital, a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado sob nº 675, livro "A", junto ao Cartório do Registro de Títulos e Documentos do 2º Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação foi constituída com a finalidade de desenvolver o nível técnico, teórico e cultural de seus associados, defendendo os seus interesses junto ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná e aos poderes públicos, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 1º do seu estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da Associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem exercido a representação daquela categoria profissional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Expediente.

Antes de passarmos ao Pequeno Expediente, é com satisfação que a Mesa Executiva registra em nossa Casa a presença do companheiro Richard, de Cândido de Abreu, candidato ao cargo máximo daquele município, o de Prefeito Municipal.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Há mais de seis meses temos acompanhado o Congresso Nacional discutindo as propostas de Emendas à Constituição, elaboradas pelo Governo Federal.

Paralelo a isso o Congresso Nacional tem denunciado através de um ou outro Parlamentar, seja ele Deputado ou Senador, irregularidades no sistema de vigilância da Amazônia e da questão dos bancos, prin-

cipalmente irregularidades no Banco Central.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso, ao contrário do que dizia durante a sua campanha eleitoral, de ser um governo democrático, transparente, contra o clientelismo e o fisiologismo político, não tem se pautado por esse discurso, ora como Presidente da República.

Na hora de se discutir a instalação da CPI dos Bancos, o Presidente abriu o cofre e perdeu a chave, e lá todo mundo meteu a mão, principalmente as direções dos Bancos, ou principalmente aqueles Parlamentares de apoio a Fernando Henrique Cardoso. No Projeto SIVAN a mesma coisa, e na questão de reforma da Previdência, vendo seu intento derrotado em primeira votação - aí na segunda votação nomeia como relator o seu líder Michael T., e que este por sua vez, através das negociações do governo também, tem o cofre aberto.

E aí entra em negociação dívidas, entra em negociação cargos, ministérios, enfim, tudo que se pode negociar. E o povo brasileiro paga caro por essas emendas constitucionais - que relendo artigos anteriores de José Serra, ele mesmo dizia - como foi lembrado ontem na "Folha de São Paulo" por Clóvis Rossi - ele mesmo dizia que para fazer o desenvolvimento econômico do País não precisava de nenhuma reforma e de nenhuma emenda constitucional.

E essas emendas constitucionais foram colocadas na área da Previdência e de maneira ilegal ela tramitou na Casa, tanto é que houve entendimento do Supremo Tribunal dando liminar, suspendendo a tramitação.

Temos certeza que provavelmente essa emenda será derrubada porque sempre há negociação, que infelizmente não é em política, e tem sido muito mais econômica e muito mais em cima de cargos administrativos, em cima de Ministérios, do que proposta ideológica política.

E nessas propostas de reformas constitucionais, ou de Emendas Constitucionais, quem está perdendo é a população, principalmente os de baixa renda, os trabalhadores, os mais pobres, os assalariados que perdem.

E a proposta deles de mudança da Previdência não muda absolutamente em nada, a não ser na questão do tempo de trabalho, a não ser na questão do tempo de contribuição, que aí sim prejudica os de baixa renda, novamente. Mas não muda nada o que eu quero dizer, mas não muda nada em relação aos de cima, permanece o IPC dos Deputados, permanece sem discutir, a questão dos Desembargadores, a questão das aposentadorias especiais, todas elas sem discussão.

Portanto, aquela que é a maior causadora do prejuízo aos cofres públicos não é

discutida e os privilégios são mantidos. Não se muda absolutamente no sentido de acabar com os privilégios, não cria uma taxa de previdência solidária, não se cria uma taxa única, o que demonstra que não vai resolver os problemas da previdência. Não se debate a fundo a questão das aposentadorias especiais e, no entanto continua as exigências daqueles que trabalham na roça, daqueles que estão desempregados, continuam as exigências da nova reforma. Que reforma e que mudança é esta? Que veio simplesmente, para aprofundar mais o déficit público em cima das negociações político-administrativas, econômico-financeiras da União para se ter o apoio, enquanto os debaixo vão continuar massacrados pela política do Fernando Henrique Cardoso.

Isto que estou dizendo, digo que é um pensamento nosso do Partido dos Trabalhadores, não é só meu individualmente, apesar de estar no Horário do Pequeno Expediente, é o nosso protesto em razão de como é tratada a previdência social em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Quero deixar registrado aqui na Assembléia que, lamentavelmente em determinados momentos nós, homens públicos, passamos por momentos difíceis pela falta de atenção e de desorganização que temos neste nosso país.

Estive na Região Sudoeste neste final de semana, estava exatamente em Capanema, Deputado Zuk que é da Região, na sexta-feira, quando, com um documento na mão, fotocópias de jornais da Argentina na mão, o Superintendente da Receita Federal da Província de Misiones, que lá chama outro nome alfândega, ou coisa assim, mais a Polícia Federal, mais as pessoas designadas para assumirem a alfândega de uma ponte construída entre Capanema e Andrecito - Paraná; Misiones - Brasil - Argentina, estavam lá para assumir; vejam bem os Senhores, baseado num acordo feito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente Menen, através da visita dele na Argentina, com dia marcado para a abertura da ponte, dia 15 de abril, portanto segunda-feira, ontem, acertado, divulgado, solicitado ao Governador de Misiones que fosse uma inauguração simples, porque o Presidente Fernando Henrique e o Presidente Menen pretendem vir a esta ponte fazer a inauguração oficial, por ocasião do dia que eles estiverem em São Borja no Rio Grande do Sul, fazendo lançamento da Pedra

Fundamental numa ponte ligando, lá por São Borja, os dois países com vistas ao MERCOSUL. Pois, o nosso Presidente foi à Buenos Aires acertou a data com o Presidente da Argentina, os argentinos vieram com a documentação, com o pessoal designado, estando com os móveis para instalar na alfândega, e o Brasil, pasmem, nem o Decreto criando os cargos não foi assinado ainda.

Passai, Deputado Tavares, a sexta-feira inteira tentando dar explicação e justificativa, tentando encontrar uma pessoa que pudesse dizer o que estava acontecendo e não conseguimos encontrar ninguém.

Então, queria deixar registrado isto, que pretendo no dia de amanhã apresentar um Requerimento nesta Casa, pedir o apoio dos companheiros, para que a gente faça um Requerimento em nome do Paraná, já que a ponte é no Paraná, as autoridades federais competentes, para que essa vergonhice tenha fim. Há um ano e meio existe uma ponte construída, alfândega construída, acesso à ponte pelo asfalto construído, tudo pronto, agora até a alfândega da Argentina instalada, só dois funcionários do Brasil é que faltam assentarem no banco para poder dar passagem ao importante MERCOSUL, e a coisa não funciona, não ainda, e ninguém sabe dizer o por quê.

Então, deixo registrado isso para apresentação do Requerimento amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente. Tendo declinado o Deputado Walmor Trentini que havia se inscrito passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PDT, Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago para compreensão e análise dos Senhores Deputados, um projeto sobre educação, principalmente voltado ao 3º grau, às universidades bancadas pelo Estado do Paraná e o projeto se propõe ao seguinte:

(Lê):

"PROJETO DE LEI N°

SÚMULA: Reserva a alunos domiciliados no Estado do Paraná 90% das vagas das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Art. 1º - Noventa por cento das vagas dos cursos regulares de graduação das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Poder Público Estadual ficam reserva-

das exclusivamente a alunos domiciliados no Paraná há pelo menos 24 meses.

Art. 2º - O domicílio do candidato será informado no momento da inscrição no vestibular, e, atingido o número de aprovados domiciliados fora do Estado do Paraná o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de cada curso, passarão a ser chamados apenas alunos domiciliados no Estado.

Art. 4º - A comprovação de domicílio mencionada no artigo 1º será feita no ato da matrícula, e, havendo dúvida quanto à veracidade das informações, caberá ao Reitor ou ao Diretor comunicar o fato à autoridade policial competente, para a instauração do respectivo inquérito criminal.

Art. 5º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 90 dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.96.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Presenciamos no sistema de ensino público superior paranaense uma situação paradoxal. Alunos de outros Estados estão ocupando as vagas das Universidades e Faculdades mantidas pelo Poder Público, para depois retornarem aos seus Estados de origem, não contribuindo assim para o desenvolvimento do Paraná. São instituições mantidas a partir de impostos recolhidos dos paranaenses, que por sua vez não conseguem vagas para seus filhos porque já há alguém de fora do Estado ocupando-as. Ou seja, o paranaense que sustenta a Universidade ou a Faculdade não pode usufruir de seu ensino, por haver nela muitos estudantes de outros Estados - estudando de graça -, e que após formados voltarão para seus Estados de origem.

A título de exemplo, o vestibular/96 da Universidade Estadual de Londrina teve 5.007 candidatos provenientes de São Paulo. Dos alunos aprovados no vestibular e matriculados em 1995 no curso de Ciências Biológicas da UEL, 35% vieram de São Paulo, enquanto apenas 30% residem em Londrina - a cidade da Universidade. No curso de Medicina Veterinária, no mesmo ano, 33,3% de paulistas matricularam-se no lugar dos paranaenses. Em Química, 35,9% de paulistas e apenas 12,8% da cidade que abriga a Universidade. Em Jornalismo, 35% de alunos de São Paulo, 30% de Londrina e 25% do restante do Paraná.

Em 1992, na mesma UEL, em toda a área biológica (Medicina, Odontologia, Farmá-

cia, Veterinária, etc.) 44,8% dos alunos matriculados vieram do Estado de São Paulo, sobrando apenas 25,5% para os residentes em Londrina e outros 23% para o resto do Paraná. Na Faculdade de Jacarezinho - sustentada pelo povo paranaense - o curso de Direito tem como maioria esmagadora alunos provenientes de outros Estados.

São em grande parte alunos que passam no vestibular, formam-se às custas do povo paranaense e depois voltam para produzir riquezas em seu Estado de origem, além de impossibilitar o aluno domiciliado no Paraná de estudar nas instituições que ele próprio mantém.

Defendemos o direito do cidadão brasileiro cursar seu 3º grau em qualquer parte do território nacional, desde que a Universidade seja Federal ou particular. Não é justo que o Paraná pague a conta, já que abriga apenas uma Universidade Federal, ao passo que o Rio Grande do Sul possui 4 e Minas Gerais 7 instituições mantidas pela União.

Esta é uma questão que deve ser levada a sério por esta Casa de Leis, sob pena de usurpamos do verdadeiro cidadão paranaense a oportunidade de cursar uma Universidade Pública de bom nível.

Peço a associação dos nobres pares neste projeto de lei, para que não contribuintes deixem de ocupar indistintamente vagas do cidadão paranaense, legítimo merecedor do excelente ensino público que o Paraná oferece."

Era isso, Srs. Deputados, gostaria da compreensão de todos os senhores para levarmos à discussão em todas as Comissões desta Casa para que possamos, juntos, conseguir fazer com que essas distorções, a nível Federal, já que o Governo Federal tem a obrigação de bancar o ensino superior - e não banca; o Estado tem que avançar e por isso queremos corrigir essas distorções a nível de Paraná e a nível nacional.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) -

Não tive oportunidade de fazer aparte ao Deputado Edgar Bueno, mas considero de extrema importância a colocação que faz com relação às universidades. Só que vejo um grau de dificuldade muito grande buscar qualquer participação daqueles não paranaenses ou dos não contribuintes. Até porque o estudo parte do princípio da universalidade das oportunidades e vejo com sérias dificuldades. Mas a questão trazida ao Plenário desta Casa, merece a análise, até para que possamos discutir e buscar uma saída que corrobore com a melhor posição na defesa do estudante paranaense.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera o artigo 1º da Lei nº 10.988 de 27 de dezembro de 1994 que declarou de Utilidade Pública Estadual a Missão El-Shadai, Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que fica denominada de Rodovia Mauro Bernardo Camargo da Veiga, a estrada que liga as cidades de Curitiba e Colombo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a ceder em doação os veículos Pick-up, placa CV-5042 e Fusca, placa BG-3882, de propriedade da COPEL à Prefeitura Municipal de Japurá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e

C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/95, de autoria do Deputado Duílio Genari, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 7745 de 13/10/95. (Utilidade Pública - Ação Social São Vicente de Paulo). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1026 de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1043, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apresento este requerimento endereçado ao Excelentíssimo Senhor Governador no sentido de que urgencie na liberação de quatro milhões e setecentos mil reais que o Governo Federal transferiu na data de ontem à Secretaria da Criança e do Adolescente com relação ao fundo de assistência nacional destinado ao Paraná. Esses recursos irão para as APAES do Paraná e para as instituições que prestam convênios continuados. Já há algum tempo as APAES vêm passando por sérias dificuldades juntamente com outras instituições filantrópicas, e o recurso refere-se ao mês de janeiro e fevereiro, e se não tivermos a urgência do Governo no repasse desses recursos nós teremos agravado o quadro de pessoal, de subsistência inclusive alimentar, material didático em grande parte das nossas APAES.

E também informar que daqui a quinze dias o Governo pretende liberar mais uma parcela de dois milhões e meio de reais para fazer cumprir ao compromisso de março.

Então, aos poucos aquilo que a LPA veio deixar uma grande lacuna, o Governo, através do Fundo Nacional de Assistência Social, passa a cumprir.

Então eu gostaria da compreensão da liderança do Governo para que esse pedido fosse acatado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, vejo que não seria necessário requerimento por parte do Deputado José Maria Ferreira, porque mesmo que é um dinheiro já com destino certo, um dinheiro carimbado, não tem porquê o Governo segurar o di-



nheiro aqui; o Governo tem repassado todos os recursos que têm vindo a ele, do Governo Federal, especialmente nesta área onde a Secretária da Criança e Assuntos da Família tem dado uma atenção toda especial às APAES. Aliás, o Deputado César Seleme é testemunha do trabalho que tem sido feito nesta área.

De qualquer maneira nós recorremos do requerimento, entendemos a preocupação do Deputado, sabendo de que estes recursos foram destinados ontem ao Estado do Paraná.

Na sequência, desde que vencida a questão burocrática, ele evidentemente chegará ao seu destino sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrada a questão de ordem, devolvo a palavra novamente ao solicitante, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Com todo o respeito que tenho ao Deputado Algaci Túlio, inclusive com relação à liberação dos recursos, nós temos um recurso da ordem de quatro milhões e novecentos mil reais do FTE, que está desde julho internado nos cofres do Governo do Estado, e nós não conhecemos as dificuldades administrativas que o Governo do Estado está tendo para que possa fazer esse repasse. Em função disso, Deputado Algaci Túlio, nós solicitamos urgência na transferência desses recursos às instituições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado, em votação do requerimento, Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão...

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para discutir, transfiro o requerimento para a data de amanhã.

Requerimento n° 1017, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - É que só o número, esse projeto trata exatamente do quê, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passo o requerimento a Sua Excelência o

1° Secretário da Casa, Deputado Jocelito Canto, para fazer a leitura.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Continua com a palavra, o ilustre solici-

tante, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Para completar Senhor Presidente, embora lido o expediente pelo eminente 1° Secretário, Deputado Jocelito Canto, fiquei do mesmo tamanho, 515/95/96.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Ele vai ler a súmula do requerimento.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Jocelito Canto) - (Lê): "Súmula: Requer regime de urgência ao Projeto de Lei n° 515/95, que concede licença prêmio aos servidores com prêmios transformados em cargos públicos".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito bem, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado solicitante, Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Fui contemplado na resposta, Deputado Jocelito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação, requerimentos.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos n°s. 996 e 998, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo Autor.**

Requerimento n° 997, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1003, 1027 e 1028, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1004, 1005, 1023 a 1025 e 1034, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1006, 1018 a 1020, 1029 a 1033 e 1035, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1008, 1009, 1011 e 1021, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1012 e 1014, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1013, 1015 e 1016, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1036, 1037 e 1038, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1039 e 1040, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1007, de autoria do Sr. Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1010, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1022, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1001, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao ilustre Deputado, autor, Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, já dizia o Deputado Alborghetti que a mentira tem perna curta.

E Srs. Deputados, todos estão assistindo nos canais de televisão do Paraná, um comercial que está sendo vinculado pela COHAPAR. Este comercial tem um texto ufanista. E como não poderia deixar de ser, afinal de contas, é uma campanha publicitária que promove as ações do Governador Jaime Lerner.

Mas, infelizmente, este comercial quer criar uma condição que não é verdadeira, Srs. Deputados.

No dia de hoje, ainda, o comercial diz o seguinte, Deputado Rossoni: que oito mil e trezentas casas, foram entregues desde do início do ano passado. Diz que logo mais, vinte mil e quatrocentas famílias também vão receber uma casa. E tudo isso graças à construção das casas pelo regime de autoconstrução.

Ontem encaminhei, Deputado Alborghetti, um pedido de informação, absolutamente desprovido de qualquer sentido de maldade, Deputado Rossoni.

Ele quer saber o seguinte:

- Que sistema que foi construído as casas que estão sendo entregues?

- Quais foram os municípios que foram contemplados e o número de unidades por conjunto?

- Quantas unidades foram construídas pelo sistema de autoconstrução?

A propósito, comercial que logo mais

vinte mil e quinhentas pessoas, vão receber também as suas habitações, como foi dito?

- Quais são as cidades beneficiadas?

- Qual o sistema de construção?

- Qual o tamanho, ou formato das unidades?

- Qual o valor das prestações?

- Qual o órgão financiador?

Muito bem, é um pedido de informação absolutamente claro, respeitoso para que o Deputado Algaci Túlio, aqui, não diga que estou faltando com o respeito numa terminologia que vá provocar o Governo.

E aí, abro o jornal, hoje, Deputado Rossoni, aonde todos os jornais do Paraná, e estou com o da Folha de Londrina.

E o relatório da administração, Deputado Plauto, diz, do balanço que foi publicado, hoje, dia 16 de abril, de 96, e que é o balanço do exercício de 1995, que estamos tratando, e mostra aqui a posição que estavam as obras em dezembro de 1995.

Então, mostra aqui o seguinte:

- Programa da Vila Rural, foram concluídas, cento e cinquenta e uma casas.

Deputado José Maria, o Governo disse que iria fazer cem Vilas Rurais, no ano de 1995. Fez cento e cinquenta e uma casas! São mais quinhentas e cinquenta e cinco unidades em construção.

- Programa de autoconstrução, que o Governo diz aqui que fez, fez oito mil e trezentas e que vai fazer mais vinte mil e quatrocentas casas, que logo mais vão receber, mostra aqui o seguinte: foram concluídas até o final do exercício do ano passado, em 95, cento e vinte casas e quatrocentas e setenta e cinco unidades encontravam-se em obras, Deputado José Maria. Aí temos aqui no Programa Rua de Ofícios, na verdade deve ser um número tão pequeno de unidades, que nem foi colocado o número aqui. Há um óbvio entre o Programa Casa da Família com os números que dão sustentação ao comercial que o Governo do Estado está veiculando nas televisões do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que se restabeleça a verdade, para que se tenha neste Estado coerência ao se fazer um comercial de televisão, é que quero pedir aos Senhores Deputados, especialmente ao Deputado Algaci Túlio, nobre líder do Governo, que conceda a seus pares a aprovação deste requerimento. Porque este requerimento vai esclarecer a esta Casa e à opinião pública, a verdade sobre os números da habitação do Paraná. E quero dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Programa de Autoconstrução é um bom programa. Eu, particularmente, gosto dele. Acho que o trabalho que está sendo executado pela COHAPAR é um bom trabalho. Agora, é claro, tem que se questionar o

tamanho da unidade, o valor da prestação e, fundamentalmente, os recursos que estão sendo empregados, Deputado Caíto Quintana, são recursos do Programa Pró-Moradia do Governo Federal, neste Programa de Auto-construção.

Parece que este nosso requerimento, um simples requerimento, trará a esta Casa todas as informações, que são indispensáveis para a boa compreensão do que ocorre nas campanhas publicitárias do Governo do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento. Senhores Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

**Rejeitado o requerimento.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Verificação de votação.

Peço ao Senhor 1º Secretário para fazer a contagem dos Senhores Deputados.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Peço ao Deputado Plauto Miró Guimarães e ao Deputado Trevisan que tomem seus lugares para fazermos a contagem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, é impossível. Os Deputados Pessuti, Tavares, Caíto, que são os nossos votos, poderiam vir para cá, também? O De-

putado Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, queiram levantar-se.

Onze Senhores Deputados que aprovam. Senhores Deputados que rejeitam o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, queiram levantar-se.

Dezoito Senhores Deputados rejeitam. **Rejeitado o requerimento.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n°s 106/95. e do Projeto de Lei n° 059/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 562/95 e 017/96.

- Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 002, 008 e 013/96.

Levanta-se a sessão.